

ANC
pg

O prólogo do caos

Otávio Tirso de Andrade

No dia em que o sr. José Sarney foi à TV criticar o projeto de Constituição, nos candentes termos em que o fez, era de supor-se tivesse consigo as emendas supressivas para mandar à Assembléia na manhã seguinte. Não se havendo preparado politicamente, por que se decidiu a exibir ao país, mais uma vez, o espetáculo de sua fraqueza? Isolado de plano de ação subsequente, imediata, o discurso jamais poderia ter sido pronunciado. Dado que o presidente não objetivava promover agitações estéreis, a fala aparece como efetivamente é: — uma peça irrefletida e imprudente.

A nação novamente constata, enristecida; que o sr. José Sarney é incapaz de conceber e aplicar uma política, ou seja, de presidir as relações entre os estados e os partidos, de governar, enfim. O atual presidente da República e os conselheiros íntimos que o cercam limitam-se a improvisar expedientes: — o mais longínquo horizonte que descortinam, no tempo, não se situa além de alguns dias ou poucas semanas.

Não é de admirar, portanto, que o governo ande à matroca. Às vezes apresenta-se como disposto a enfrentar o déficit orçamentário, a pôr cobro ao esbanjamento dos recursos tributários, a ouvir as prudentes advertências dos Ministros da Fazenda e do Planejamento. Mas ao primeiro rompante do ministro "A" ou careta do ministro "B" logo volta atrás aos trancos e barrancos e recai no pântano do fisiologismo.

A opinião pública não pôde captar, assim, a procedência das críticas formuladas pelo presidente ao texto constitucional em votação. No arcabouço em que se apresenta, o projeto não é apenas deplorável do ponto de vista do Direito Constitucional. Tal como a conceberam, a próxima Constituição marca o início, entre nós, de perigosíssimo período de lutas e agitações sociais, com duração imprevisível. Muitas vezes temos dito isto aqui e não nos cansaremos de repeti-lo. Agora, todavia, são os próprios esquerdistas que vêm a público confirmar, alegremente, a procedência do que afirmamos. Um dos líderes marxistas da Assembléia não ousou reconhecer, em artigo na imprensa carioca, que a Constituição permitirá "*repelir, pelo movimento de massas e pela luta de classes, o regime vigente?*" Houvesse no país dirigentes democráticos conscientes, a afirmação suscitaria enérgica mobilização visando a depuração dos preceitos revolucionários inseridos no texto constitucional. Os numerosos timoratos e desatentos da Constituinte deixam-se manobrar a ponto de parecerem advogados de interesses totalitários. A essência do comportamento dos irresolutos é muito bem explicada em sintética frase do tcheco Karel Kosik: — "No jogo político, o vencido é o que se deixa impor a atitude de outrem e julga os próprios atos com os olhos do adversário" (Citado por Jean François Revel em *Comment les democracies finissent*).

A grande quermesse de ambições mesquinhas em que se transforma o próximo pleito municipal obscurece as consciências quanto à urgência de expurgar a futura Carta de inconveniências e demasias que a deformam. Por exemplo: — na hora em que o combate à inflação requer a redução do déficit orçamentário e exige muito trabalho por parte de todos os brasileiros, o turno de seis horas e outras prebendas "sociais", extorquidas à Assembléia pela competente atuação da minoria sindicalista, tornarão extremamente onerosas as atividades produtivas e lhes vedarão o acesso ao mercado externo. A Confederação Nacional da Indústria mostrou em recente estudo que, em consequência dos novos dispositivos constitucionais, os fabricantes de calçados terão acréscimos de custo de 57,44%; na construção civil o aumento será de 63,39%; nas atividades agroindustriais, de 65,76%; na indústria petroquímica de 41,10% e em várias outras, englobadas, de 45,50%. Quanto custarão ao Brasil as greves irrestringíveis prestes a acontecer?

No preciso momento em que o fisiologismo espraia-se por todo o país, devido ao pleito municipal e às miríficas promessas que engendra, quem será capaz de reprimir a irresistível, anarquizante e explosiva alta de preços suscitada pela promulgação da Constituição? Os "tucanos", o sr. Ulysses Guimarães e seus ebrifestivos

correligionários do PP (Partido da *Poire*), os neoperonistas do brizolismo e outros que tais? — Nenhum deles, evidentemente.

Ao desolador cenário acrescenta-se a presença dos burocratas-ditadores ocupantes do poder há dezenas de anos e veremos que a coloração do futuro imediato não é nada rósea. A aludida casta parasitária deve-se a manutenção e o reforço, na Constituição, das barreiras erguidas entre o país e o mundo. Quando, como no presente momento, o Brasil deveria empenhar-se, ao máximo, em atrair capitais de risco, notadamente em mineração e petróleo, a *Nomenklatura* tupiniquim propugna a manutenção do isolacionismo a fim de defender os privilégios de que desfruta.

Atentemos para as consequências do próximo fim da guerra entre o Irã e o Iraque. A cessação da luta provavelmente levará ambos os países a não mais inundar o mundo com o respectivo petróleo, vendido em volumes crescentes para lhes permitir comprar armas. Não é de excluir-se a hipótese de a OPEP trazê-los de volta ao redil do cartel. Os atuais excedentes entre produção e consumo mundiais de petróleo, superiores a um milhão de barris/dia, deverão ser reduzidos, em médio prazo. A conjuntura internacional recomenda que o Brasil adote a política de aumentar as suas próprias reservas petrolíferas. Ora, obviamente, a única forma não inflacionária de fazê-lo é recorrer aos capitais de investimento do exterior. (Basta de empréstimos!). A Petrobrás não a admite, porém. Não quer ninguém, a não ser o monopólio estatal, em negócios de petróleo, para preservar o poder POLÍTICO DISCRICIONÁRIO que usufrui. A pesquisa e exploração de novas jazidas, quer a Petrobrás realizá-las com a captura de escassos recursos do Finame e com o lançamento de debêntures no estreito mercado local de capitais!

A *Nomenklatura* é assim mesmo. Nunca será desalojada do poder se o país não se escancarar à economia do mercado e não mandar às favas os monopólios estatais, a começar pelo do petróleo. A respeito note-se que na própria URSS ainda a ocorrer algo parecido com o que assistimos aqui. A lei promulgada sob os auspícios de Gorbachev, em janeiro último, visando a dar às empresas industriais maior liberdade de ação, enfrenta obstáculos opostos por um exército de burocratas decididos a preservar privilégios e poder. Há pouco tempo o *Pravda* afirmou, em sua linguagem peculiar, que a "criação de necessários pré-requisitos para efetivar os avanços fundamentais ao desenvolvimento econômico e social não ocorre como deveria" (*The Economist*, 20/julho). O poeta maranhense que nos preside é capaz de enfrentar o dragão que desafia a clarividência do sr. Gorbachev? Não o cremos.

O pior é que talvez não tenhamos muito tempo para assistir ao fim da novela. A precária pacificação das guerras revolucionárias no Afeganistão, na África e na Ásia não significa que a Revolução, com R maiúsculo, a agitação comunista, enfim, se tenha evaporado como sonho em noite de verão. A luta contra o desenvolvimento da América luso-espanhola, comandada pelas camarilhas cartoriais e castas burocráticas que a oprimem, poderá muito bem montar em nosso continente o cenário para a ação subversiva sangrenta, ou seja, para a propagação a regiões pobres, na fronteira da miséria, da luta que ensangüenta a Nicarágua e El Salvador.

O comunismo não cessa nunca a agressão ao mundo livre. Quando o combate não é mais travado com armas, transfere-se para o terreno das negociações. Altera-se "qualitativamente", como gostam de dizer os marxistas, principalmente os mais pernósticos. Ao dispor-se à negociação, o comunista está apenas a recorrer à tática adequada ao momento para enfraquecer o adversário e prepará-lo a admitir novas concessões, com a promessa sempre inatingível de paz e estabilidade no futuro.

Ao estudarmos o texto da próxima Constituição brasileira sob a ótica da defesa da liberdade, constatamos que a minoria comunista manobrou com habilidade os fisiológicos e os timoratos. Ao ser promulgada tal como se encontra a Carta realmente tornará o país ingovernável. Nesse ponto o sr. José Sarney está absolutamente certo. Infelizmente, porém, não o julgamos capaz de opor-se a que tal aconteça — como é de seu dever fazê-lo. Mas queira Deus que estejamos enganados...

Otávio Tirso de Andrade é jornalista